

TECER, COBRIR, VIVER...ENTRELAÇAR-SE:

O HABITAR INDÍGENA NA HISTÓRIA DOS SERTÕES DO NORTE

Antonio Welhington da Silva

Universidade Federal Rural do Semiárido | antonio.silva64369@alunos.ufersa.edu.br

Micael Natan Teles Feitosa de Miranda

Universidade Federal Rural do Semiárido | mical.miranda@alunos.ufersa.edu.br

EIXO TEMÁTICO: Uso, técnica e espaços.

Resumo: No período pré-lusitano, diversos povos converteram os sertões de caatinga, de mata úmida e de cerrado em locus de vida. Nessas geografias, houve o entrelaçamento criativo do indígena com o território, que possibilitou a implantação estratégica de aldeias e a modelagem de suas erá (casa em língua Kariri). Os indígenas, assim, firmaram complexas operações tecnológicas, cosmológicas e estéticas, afastando seu jeito de habitar da "rusticidade" que a leitura de teor eurocentrado lhe atribuiu. Embora a fortuna crítica tenha avançado quanto à habitação de povos amazônicos e do cerrado matogrossense, são esparsos os estudos sobre a arquitetura das etnias que viveram nos sertões. Quando feitos, o argumento se resume em atestar a simplicidade espacial e tecnológica, sem perceber que essa arquitetura resulta de experiências cosmológicas e dos nexos entre ser humano e natureza performados no curso da história. A partir desse universo heurístico surge esta proposta de artigo, que se justifica por apresentar considerações iniciais de projeto de pesquisa que lança luz no agenciamento da arquitetura indígena na ressemantização dos sertões do Norte, território que, a partir do século XVII, envolvia as capitanias da Bahia e Pernambuco (e anexas). Em termos metodológicos, este trabalho articula abordagem interdisciplinar e decolonial, dialogando a História da Arquitetura com a Antropologia, a História Social, a Estética e a Geografia. A lente decolonial reposiciona, na história, a arte construtiva indígena como fruto do saber-fazer ancestral, da memória e do pertencimento. Para as descrições da maneira de os indígenas tecer, cobrir e entrelaçar sua arquitetura, recorre-se à documentação primária manuscrita, à cartografia e à iconografia, confrontando-as com os relatos de viajantes e missionários que percorreram os sertões desde o século XVI.

Palavras-chave: Arquitetura – Etnografia – Habitar – Indígenas - Sertões

TITLE IN ENGLISH

Abstract: In the pre-Lusitanian period, several indigenous people made “Sertões” of caatinga, rainforest, and cerrado into locus of life. In these geographies, there was a creative interweaving between indigenous people with the territory, that made possible the strategic establishment of aldeias and the shaping of their *erá* (house in Kariri language). The indigenous developed complex technological, cosmological, and aesthetics operations, distancing their way of inhabiting from “rusticity” imposed by Eurocentric reading. Although critical scholarship advanced in studies of Amazonian’s and Mato Grosso’s housing practice, studies on architecture of ethnic groups who lived in the “sertões” remains sparse. When researched, the argument tends to reduce that architecture to spatial and technological simplicity, without recognizing it results from cosmological experiences and the links between human beings and nature performed over the history course. From this heuristic universe emerges the proposal of this article, that presents research project’s initial considerations about the indigenous architecture agency in the resignification of Northern Sertões, a territory which, from the 17th century onwards, included Bahia and Pernambuco (and annexed areas) Provinces. In methodological terms, this work articulates interdisciplinary and decolonial approach, connecting the History of Architecture with Anthropology, History, Aesthetics, and Geography. The decolonial lens aims to relocating Indigenous constructive practice in history, recognizing them as fruit of ancestral knowledge, memory, and belonging. To describe the way of indigenous people weave, cover, and intertwine their architecture, this proposal uses primary sources such as manuscripts, cartography, and iconography, confronting them with travelers and missionaries accounts who went through sertões since 16th century onward.

Keywords: Architecture – Ethnography– Inhabiting – Indigenous people - Sertões

TÍTULO EN ESPAÑOL

Resumen: En el período anterior a la llegada de Cabral, diversos pueblos indígenas convirtieron los “sertões” de caatinga, de selva húmeda y de cerrado en locus de vida. En esas geografías, hubo el entrelazamiento creativo del indígena con el territorio, que posibilitó la implantación estratégica de aldeas y el modelaje de sus *erá* (casa en lengua Kariri). Los indígenas, así, formaron complejas operaciones tecnológicas, cosmológicas y estéticas, alejando su manera de habitar de la “rusticidad” que la lectura de matiz eurocéntrico les ha atribuido. Aunque la fortuna crítica ha profundizado sobre la habitación de los pueblos amazónicos y del cerrado de Mato Grosso, son pocos los estudios sobre la arquitectura de etnias que vivieron en los “sertões”. Cuando existen, su argumento se resume en subrayar su simplicidad espacial y tectónica, sin percibir que tal arquitectura resulta de experiencias cosmológicas y de las conexiones entre el ser humano y la naturaleza ocurridas en el curso de la historia. Desde ese universo heurístico, surge esta propuesta de artículo, que busca presentar consideraciones iniciales de un proyecto de investigación que arroja luz sobre la gestión de la arquitectura indígena en la resignificación de los “sertões” del Norte, territorio que, desde el siglo XVII, se formaba por las provincias de Bahía y Pernambuco. En términos metodológicos, este trabajo articula un abordaje interdisciplinar y decolonial, poniendo en diálogo la Historia de la Arquitectura con la Antropología, la Historia Social, la Estética y la Geografía. La lente decolonial reposiciona, en la historia, el arte constructivo indígena como fruto del saber-hacer ancestral, de la memoria y de la pertenencia. Para las descripciones de la manera de los indígenas tejer, cubrir y entrelazar su arquitectura, se recurre a la documentación primaria manuscrita, a la cartografía y a la iconografía, confrontándolas con los relatos de viajeros y misioneros que circularon en los “sertões” desde el siglo XVI.

Palabras clave: Arquitectura – Etnografía – Habitar – Indígenas – Sertões.

Este texto é um dos resultados de um estudo iniciado no segundo semestre de 2025 no L'Amõaé (Laboratório de Estudos Decoloniais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA). O L'Amõaé é um território onde seus integrantes compartilham conhecimento adquiridos por meio do diálogo, pesquisa e extensão em perspectiva decolonial/contracolonial. Estamos engajados em observar os limites da história e teoria da arquitetura e do urbanismo europeias aplicadas ao Brasil e, sobretudo, aos sertões da atual região nordeste. Um de seus focos é lançar luz no significado cosmopolítico da construção de povos indígenas que habitaram (e habitam), desde tempos ancestrais, as Caatingas, as matas úmidas, os cerrados e carnaubais dos sertões. De fato, o trabalho que ora se apresenta não abriga considerações definitivas, por estar justamente em processo de levantamento de fontes primárias e secundárias e articulando as primeiras reflexões sobre o tema.

Antes, é interessante frisar que as descrições históricas sobre o ambiente construído dos indígenas foram feitas em acordo ao olhar dos agentes da colonização, isto é, embora eles relatem os materiais utilizados, a disposição dos espaços, a dimensão de uso e a técnica do trançado dos esteios de sustentação das coberturas e a própria cobertura, esses argumentos muitas vezes se submetem a julgamentos negativos, comparando a arquitetura indígena com aquela edificada no Velho Mundo. Naturalmente, para o colonizador, a habitação não europeia deveria se ajustar ao cânon da espacialidade das moradas ditas “civilizadas”.

Viajantes, missionários (principalmente jesuítas e capuchinhos) e diferentes autoridades régias anotaram determinadas características do ato construtivo indígena, muitas vezes em tom de reprovação. Contudo, tais anotações se pautam em horizontes interpretativos meramente objetivos, sem se aterem à dimensão cosmopolítica que os indígenas acrescentavam a seus lugares de vida. Cosmopolítica aqui entendida conforme a acepção de Federico Navarrete Linares (2021, p. 29), a interação da pluralidade de mundos, inclusive aqueles silenciados ou negados pelo discurso avassalador da história linear europeia. Além disso, a cosmopolítica não busca desvelar a totalidade do cosmos, mas a disputa pela definição do real (Castro, 2015 apud Ramírez; Neurath, 2021, p. 9).

A arquitetura indígena e sua cosmopolítica têm sido copiladas desde Hans Staden, passando pelos capuchinhos franceses que catequizaram a ilha de São Luís na primeira década do século XVII, até os estudos da arqueologia e antropologia do século passado e do tempo presente. A fortuna crítica é, assim, ampla, levando-nos a realizar algumas escolhas centradas tanto no discurso, nas formas de habitar das etnias dos sertões, bem como realizar um estudo comparado de expressões espaciais e tectônicas situadas em outros territórios. De maneira que, além das lentes

decolonial/contracolonial e cosmopolítica, a pesquisa igualmente se circunscreve no âmbito das histórias comparada e transnacional. Desnecessário dizer que há limites heurísticos da história comparada já bem apontados por Sebastian Conrad (2019). Com relação à história transnacional, esse historiador comenta que se trata de “olhar para as dimensões dos fluxos e interligados processos históricos, estudando sociedades a partir do entrelaçamento que as moldaram e para os quais, por sua vez, elas contribuíram (Conrad, 2019, p. 61). Em Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo, o historiador John Monteiro (2001) teceu reflexões sobre os contatos operados entre diferentes etnias com o intuito de mobilizar processos de “etnogênese”. Quanto da técnica de um povo é recebido e ressignificado por outro na etnogênese? Esse é um questionamento que nós, no L’Amôaé, com frequência nos inquerimos, mas ainda com respostas insuficientes e frágeis.

Em 1938, Estevão Pinto, lançou o seu livro *Os indígenas do Nordeste*, no qual há um estudo etnográfico das sociedades indígenas habitantes da região Nordeste do Brasil. Obviamente, a leitura de Pinto se articula com outros trabalhos da mesma época voltados a historicizar o indígena conforme enquadramentos regionalistas. Em alguma medida, esses trabalhos foram habituais durante a ditadura da Era Vargas, cuja política almejava concretizar o ideal de nação brasileira mediante a compreensão das raças que a conformaram historicamente. Curiosamente, no mesmo ano, o etnógrafo publicou um artigo sobre a cultura artística dos pankararu na segunda edição da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN. Anos depois, na mesma revista, Curt Nimuendajú (1944) escreveu um texto de teor etnográfico a respeito dos timbira encontrados nos sertões do Maranhão. Para a fundação de suas kri (aldeias), Nimuendajú (1944, p. 77) indicou algumas especificidades geográficas: i) terreno plano; ii) o solo não deveria ser nem pedregoso, nem arenoso; iii) proximidade de cursos de água para as atividades cotidianas e celebrativas; iv) existência de mata ciliar para a abertura de roçados. Os artigos publicados na revista do SPHAN mostram o interesse da instituição em divulgar a técnica e a memória indígenas, embora o seu reconhecimento tenha recebido a atenção em recentemente.

Nos anos 1980, a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes (1983) organizou uma antologia dedicada ao assunto e tomando diferentes pontos de vista epistemológicos. Timbira, xavante, bororo, kaiapó, parakanã, waiãpi e wayana foram alguns dos povos celebrados nessa obra. Por meio de fotografias e desenhos diversos, somos levados a compreender cosmológica, espacial e territorialmente as interações indígenas em suas casas e aldeias, e entre a relação casa-aldeia e o mundo envolvente. Em alguma medida, o trabalho de Novaes (1983) foi sequenciado nas pesquisas do grupo

Tecnoíndia da UFMT e no detalhado estudo da técnica construtiva elaborado pelo arquiteto José Afonso Botura Portocarrero (2018). Nessa seara, se entrelaçam as reflexões de Günter Weimer (2012) direcionadas às questões propriamente objetivas da morada indígena, e o olhar sensível de Thiago Benucci (2025) à maneira yanomami de construir os lugares onde suas redes são penduradas. Como escreve Pedro Cesarino (2025, p. XII) no prefácio do livro de Benucci, “antes de construir uma casa na qual corpos possam ser abrigados, [para os yanomami] “pendurar redes” implica em produzir um nexos social, em criar pessoas por meio de relações de afeto e de parentesco, em criar conhecimentos por meio do encontro, da festa e da visita”. A cosmopolítica é, portanto, um dos eixos norteadores do discurso de Benucci e pouco explorado na leitura de Weimer. Não obstante a riqueza de pesquisas, os aspectos materiais e cosmopolíticos da habitação dos povos indígenas que habitaram os sertões é um trabalho a se fazer.

A HABITAÇÃO INDÍGENA EM ALGUMAS FONTES DOCUMENTAIS: BREVES ANOTAÇÕES

Um dos documentos mais antigos que tratam das terras brasileiras é a carta de Pero Vaz de Caminha. Nela, há relatos da forma como os povos indígenas da costa atlântica se entrelaçavam com o mundo envolvente antes da chegada da comitiva portuguesa. No entanto, esse documento histórico aborda poucos aspectos arquitetônicos das habitações. Há descrição de um povoado com casas: cumpridas de um só vão, sem divisória interna; em madeira e coberta de palha; com esteios; apenas duas aberturas pequenas em lados opostos (Branco, 1993, p 71).

É muito comum na documentação colonial encontrarmos julgamentos preconceituosos sobre os indígenas e suas cosmologias e ontologias. Em suas missões no rio São Francisco, o capuchinho francês Martinho de Nantes (1979, p. 4) declarou:

[...] devemos admitir que esses pobres índios não tendo Fé, nem Lei, nem Rei, nem artes, que são ajudas e guias de uma vida racional e política, haviam caído em todas as desordens que podiam causar essas falhas gerais, e estavam de tal modo embrutecidos, pela maneira de via grosseira, fundada toda nos sentidos, que se pode dizer que não tinham senão a figura de homem e ações de animais e, conquanto tivessem alguma forma de culto aos deuses que haviam imaginado, era tão ridículo e vergonhoso o culto quanto as coisas que adoravam.

Essa ênfase nos aspectos espaciais e tecnológicos indígenas é retomada por Jean de Lery em sua obra *Viagem à terra do Brasil*, de 1557. Ele descreve as aldeias dos tupinambá do Rio de Janeiro. De Lery percebeu que as aldeias não eram fechadas, as casas em geral são compridas e abauladas, sem portas e nem fragmentação de

ambientes como nos moldes das casas europeias; já as estruturas de vedação são elaboradas por ramos trançados do teto ao chão (Lery, 1961, p. 150).

Assim como Pero Vaz, Staden e Jean de Lery, Gaspau Barléu apresenta uma leitura sobre os povos indígenas brasileiros naturalmente sob lentes europeias. Em o Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau, Barléu informa suas excursões de terra e mar feitas no e nos sertões da capitania de Pernambuco, descrevendo os costumes e as habitações. Em suas palavras,

Na mesma casa, muito comprida, em forma de uma querena virada e coberta de palma, vivem juntas muitas famílias. Dormem tranquilos e descuidados em redes suspensas bem acima do chão para evitarem de noite os animais daninhos, assim como os vapores maléficos que sobem da terra” Barléu (2005, p. 44. Sem grifo no original).

Ainda segundo o historiador holandês, os povos genericamente chamados de “tapuias”, que viviam nos sertões, edificaram pequenas casas e simples, construídas com barro, madeira e cobertura feita de Carauatá (espécie de planta nativa da mata atlântica e do cerrado). Há ausência de ornamentos no interior das habitações, mas “Havia uns vasos a que chamam cabaças e umas panelas de barro, das quais se utilizavam esses nossos andarilhos para cozer as carnes, que assam em espetos de pau.” (Barléu, 2005, p. 256). Outro tipo de habitação dos sertões citada por Barléu (2005, p 156) refere-se à forma oblonga, abrigando de quarenta a cinquenta pessoas, não havendo ambientes separados por paredes. É interessante notar que, ao seu redor da aldeia, encontrava-se um mandiocal e um feijoal, o que torna perceptível que a morada era plural e não individual, uma habitação comunitária de fato, a qual, aos olhos do teólogo poderia parecer uma forma desqualificada de morar.

No litoral da capitania do Maranhão, Barléu identifica formas diferentes de moradas. As casas apresentavam formato quadrangular, com dimensões de 250 passos de comprimento e 25 de largura, construídas de troncos de árvores ligados entre si e de folhas de palmeiras, e estavam dispostas formando um espaço central como uma praça (Barléu, 2005, p. 260). Os indígenas utilizavam não só o espaço interno, mas também construíam áreas de socialização e de comunidade, chamada por ele de “praça”. Barléu, na tentativa de compreender a alteridade que se impunha diante de suas análises, ajusta o terreiro da aldeia indígena à nomenclatura habitual do léxico holandês.

A ilha de São Luís Maranhão era repleta de aldeias indígenas com diversidade étnica e arquitetônica, como atestam os relatos de missionários que ali converteram as almas

indígenas à cristandade. O padre jesuíta João Filipe Bettendorff, em trabalhos de catequese no Maranhão, identifica 177 “nações”. Seu relato descreve como os diferentes grupos étnicos organizavam seus territórios:

[...] umas moravam no meio, fazendo suas casas em quadro, para banda do mato, aberto somente para a banda do rio, a cuja beira estava a aldeia; as outras saíam, estendendo a modo de duas casas de uma banda e de outra, ficando atrás de todas as combocas e ingaibas que tinham descido para lá [...] (Bettendorff, 2010, p. 178).

As habitações eram projetadas seguindo práticas sociais. Por exemplo, as moradas com aberturas para os rios colocam em evidência suposição de que poderia haver rotas de fugas em caso de invasão ou guerras. Facilitava a visão sobre o que estava se passando pelo o rio, por ser um dos principais percursos de trânsito em grande escala tanto para o colonizador quanto para outras etnias. Assim, a casa não era apenas um refúgio, um ambiente de domesticidade imóvel, mas o lugar onde se poderia principiar a fuga e o movimento.

Essa disposição espacial das habitações em morfologia quadrada foi registrada pelo viajante inglês, Henry Koster, em sua obra *Visita ao Nordeste Brasileiro*. Koster percorre o litoral de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Adentra-se nos sertões pouco conhecidos por estrangeiros antes da abertura dos portos em 1808. Em visita a aldeia localizada na capitania do Ceará, em 1811, ele descreve aldeias quadrangulares com uma população de aproximadamente 300 pessoas (Koster, 1942, p. 165). Em muitos relatos analisados pelos viajantes, naturalistas e missionários observou-se a predominância da descrição dos aspectos morfológicos das aldeias.

Em *Arquitetura Indígena brasileira: da descoberta aos dias atuais*, Bernardo Castello Branco (1973, p. 75), apresenta características gerais da arquitetura indígena brasileira. Quanto ao programa e à plástica construtivas das casas e aldeias, ele sinaliza:

“casas em forma elíptica, sem divisão interna; cobertura de sapé, arredonda e que se prolonga até o chão de forma que não há divisão entre o teto e parede; revestimento interno feito em barro, semelhante a técnica de pau a pique; duas portas pequenas, localizadas opostamente; dimensões médias de 20m x 10m, e 6 a 7 m de altura; estruturada em dois esteios centrais no eixo principal da elipse, verticais para sustentação da cumieira e do teto”.

Ademais, o autor desvela um panorama geral de técnicas/modelos aplicadas às habitações indígenas nos sertões: casas de madeira, palha e barro; casas de pedra semi-subterrânea; “caboclização”, com o uso da carnaúba na construção sobretudo pelos povos cariri do Ceará.

Conforme antes mencionado, de acordo com Nimuendajú (1944), os povos Timbira, por seu turno, têm suas aldeias implantadas em terrenos planos de campos do

cerrado no Maranhão, não pedregosos e próximos a córregos de água. As casas podem variar um pouco de acordo com cada grupo dos povos Timbiras, no geral tem planta regular, com um dos lados maiores formando a frente da casa. De acordo com o estudo de Ladeira (1983), a cobertura da habitação timbira, no geral, é de quatro águas, de folha de babaçu ou inajá, material usado nas paredes amarradas por cipó, que fecham a casa por todos os lados e, portanto, não há abertura nos moldes de janelas. A porta encontra-se voltada para o lado de maior dimensão e contígua ao pátio. Uma segunda porta é aberta no lado oposto da casa. Alguns grupos já constroem as paredes de suas casas em taipa e/ou fazem divisões internas (LADEIRA, 1983, p.14 - 16).

Aqui novamente aparecem os aspectos sociais e sociopolíticos que orientam as territorialidades indígenas na aldeia. A disposição das casas em círculo, de forma a manter a mesma distância do centro da aldeia às habitações, significando igualdade social, bem como a representação ordenação do universo e paradigmas para uma série de oposições cosmológicas, como sol -lua e dia-noite (Ladeira, 1983, p.20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a arquitetura indígena nos sertões ainda é um desafio para o nosso grupo de pesquisa. Diversos aspectos contribuem para esse desafio heurístico: I) o número limitado de documentação pesquisada; II) o difícil acesso às fontes documentais. No que se refere às fontes manuscritas e iconográficas, há uma dificuldade adicional de acesso, uma vez que a maioria se encontra disponível apenas em arquivos públicos ainda não digitalizados, geralmente localizados nas capitais dos estados, o que demanda um tempo maior de pesquisa e deslocamentos aos acervos. As fontes primárias, por sua vez, são muito variadas e esparsas, além de apresentarem poucas referências aos aspectos arquitetônicos e construtivos das habitações indígenas, como se observa nas obras de missionários e viajantes estrangeiros abordadas neste texto. Atualmente, dedicamo-nos em catalogar informações fotográficas de habitações indígenas dos sertões. Soma-se a isso o fato de que algumas etnias indígenas deixaram de existir em função de processos de etnocídio colonial e, em certos casos, também em decorrência de processos de etnogênese (Monteiro, 2001).

No entanto, mesmo diante das dificuldades de acesso às fontes, os dados encontrados possibilitaram compreender que o processo construtivo das habitações indígenas é produto de uma relação íntima entre os povos e o ambiente. Essa relação, que escapa muitas vezes às lógicas culturais de tempo e espaço europeias, constrói territorialidades que respeitam a Terra e garantem o atendimento de suas

necessidades. A arquitetura contemporânea, ao contrário da praticada pelos povos originários do Brasil, frequentemente se mostra inadequada e insuficiente para responder às reais demandas sociais e climáticas. A esfera social majoritária brasileira tende a tratar a arquitetura como ornamento ou objeto técnico, esquecendo-se de que ela é uma das peças-chave para enfrentar as crises humanas que atravessam hoje o antropocentrismo..

Dessa forma, torna-se necessário lançar luz sobre o passado e estudar de maneira aprofundada as construções indígenas, a fim de reaprender técnicas que foram esquecidas ou apagadas da história. Assim, evidencia-se a importância de estudar o habitar indígena na história, para que se possa reconhecer as diversas formas de uso dos materiais, das técnicas construtivas e dos conhecimentos tradicionais em prol do enfrentamento das crises do tempo presente, que afetam não apenas a população urbana, mas, sobretudo, os povos nativos que resistiram e continuam a enfrentar os impactos da colonização e das diferentes formas de neocolonialismo.

As formas de os indígenas conceberem seus territórios de vida tanto é eficiente diante das adversidades climáticas, como também constitui uma arquitetura ancestral repleta de memória. Honrar suas tradições e seus métodos de edificação é oferecer ao mundo a oportunidade de rever os conceitos empregados.

O estudo sobre o habitar indígena na história dos sertões do norte, ensina que a luta pelo enfrentamento das crises na atualidade é plural e não individual. Trata-se, portanto, de um enfrentamento a um regime capitalista e imperialista, que enraizou a individualidade como forma de enfraquecer o senso de comunidade. O sociólogo Zygmunt Bauman alerta em sua obra *“Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”*, “Comunidade é um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance, mas no qual esperamos viver e que buscamos recuperar” (Bauman, 2001, p. 9).

Reviver o senso comunitário implica reacender os estudos sobre os povos originários do Brasil e o seu saber-fazer, compreendendo assim, as dinâmicas sociais e seu cobrir, tecer e entrelaçar-se com a Terra. Com isso, torna-se possível entender como uma arquitetura plural, comunitária e atenta aos cuidados com a Terra pode contribuir para resgatar o mundo de crises várias.

REFERÊNCIAS / REFERENCIAS / REFERENCES

BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau**. Brasília: Senado Federal, 2005.

BENUCCI, Thiago. **O jeito yanomami de pendurar redes**. São Paulo: Perspectiva, 2025.

BRANCO, Bernardo Castello. **Arquitetura indígena brasileira: da descoberta aos dias atuais**. Revista de Arqueologia. São Paulo, 1993. p:69-85, 1993.

BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010.

CESARINO, Pedro. Prefácio. In: BENUCCI, Thiago. **O jeito yanomami de pendurar redes**. São Paulo: Perspectiva, 2025.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 595 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5ª, Brasileira, v. 221).

LADEIRA, Maria Elisa. Uma Aldeia Timbira. In.: NOVAES, Sylvia Caiuby (Org). **Habitações indígenas**. São Paulo: Ed. Nobel, 1983. p. 11 – 31.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961. p. 150.

LINARES, Federico Navarrete. La cosmo-historia: como construir la historia de mundos plurares. In: RAMÍREZ, María Isabel Martínez; NEURATH, Johannes. **Cosmopolítica y cosmo-historia: uma anti-síntesis**. Buenos Aires: SB, 2021. p. 23-39.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre Docência), Universidade de Campinas – IFCH, Campinas, 2001.

NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

NIMUENDAJÚ, Curt. **A habitação dos timbira**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 8, 1944, p. 76-101.

NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). **Habitações Indígenas**. São Paulo: Nobel; Edusp, 1983.

PINTO, Estêvão. **Os indígenas do Nordeste**. 2º Tomo (Organização e estrutura social dos indígenas do Nordeste brasileiro). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. **Tecnologia indígena em Mato Grosso: Habitação**. Cuiabá: Entrelinhas, 2018.

RAMÍREZ, María Isabel Martínez; NEURATH, Johannes. **Divergencias, incertidumbres. Cosmopolítica y cosmohistoria: uma anti-síntesis**. Buenos Aires: SB, 2021. p. 7-21.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.